DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

12ª EDIÇÃO

1º ANO

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

12ª Edição
Julho de 2022

Copyright © 2022
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

Os textos dos colaboradores deste boletim não representam, necessariamente, a opinião da Fipecafi/Denarius.

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

Índice

3 Apresentação
4 Editorial
6 Panorama econômico brasileiro
8 Panorama norte-americano
11 Implicações para o mercado
13 Ponto de vista
15 Tecnologia e inovação de negócio
17 Saúde e previdência
18 ESG
20 Espaço jurídico-contábil
22 Termômetros do mercado
28 Agenda de divulgações

Apresentação

Uma edição especial: primeiro aniversário do Boletim Denarius. Ao longo desses 12 meses, nossos artigos se debruçaram sobre uma gama de assuntos que acompanharam as mudanças no Brasil e no mundo. Desde o arrefecimento da pandemia da Covid-19 que, embora ainda esteja longe do fim, já permite que algo próximo à normalidade volte a se desenhar. O contexto de guerra na Ucrânia que, para além da incontestável tragédia humanitária também trouxe repercussões macroeconômicas, especialmente por conta da pressão nos preços do petróleo, o que tem gerado uma pressão inflacionária relevante em diversas cadeias de suprimentos, ainda combalidas pelos impactos da crise sanitária.

Temos acompanhado com atenção as movimentações nacionais, com o cenário de alta nos juros, inflação disseminada e persistente, que tem contribuído para o empobrecimento da população. Some-se a isso o início oficial da corrida eleitoral que se aproxima e traz consigo um elevado grau de incerteza que os mercados têm monitorado com apreensão. A missão de tentar traçar previsões para os próximos meses torna-se cada vez mais desafiadora e, ao mesmo tempo, necessária.

Nessa edição especial, Fábio Sobreira faz uma análise sobre o argumento de que a bolsa brasileira estaria barata e de como essa afirmação deve ser tratada com cautela, especialmente em um contexto de oscilações constantes no cenário macroeconômico. Na coluna de Panorama Norte Americano, Cruz Lopez narra as últimas estratégias do governo dos EUA para tentar controlar a alta dos preços e retomar o crescimento. E para completar as discussões de política internacional, Flávio Riberi faz uma leitura histórica da relação conflituosa entre a Rússia e a vizinha Ucrânia para tentar elucidar algumas das razões que trouxeram os dois países ao mais recente conflito armado.

Em Saúde e Previdência, o professor Jurandir faz uma reflexão sobre os impactos da atualização que as seguradoras terão que fazer para fazer a correta precificação de seus produtos a partir de 2024 em atendimento à IRPF 17.

No espaço dedicado aos temas jurídicos, Newton Bordin explica o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização dos Conselhos das empresas estatais e qual a importância desse trabalho. Ainda para tratar do ente público, Carlos Vieira Filho apresenta um artigo sobre como os governos têm usado a inteligência de dados em suas mais diversas atividades e quais os potenciais de aplicação da tecnologia. Por fim, o texto de Maiara Sasso oferece um panorama sobre o andamento e importância das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especialmente sobre a relevância de se usar o registro por regime de competência.

E para fechar o Boletim de aniversário, trazemos dois textos de profissionais ligados à fundação dessa publicação. O professor Fernando Murcia, que estreia uma coluna sobre o tema ESG falando sobre a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e o professor Edgard Cornacchione, que faz uma análise sobre as principais mudanças no Brasil e no mundo ao longo desses 12 meses e aborda alguns dos objetivos do Denarius.

Esperamos que gostem da leitura e muito obrigada a todos aqueles que têm acompanhado o Boletim!

Feliz aniversário, Denarius!

INFLAÇÃO	JUROS	PIB	EMPREGO
o IPCA-15, prévia da inflação oficial, avançou para 0,69% na última divulgação, no acumulado dos últimos 12 meses, o índice registra elevação de 12,04%	13, 25% a.a., com expectativa de elevação de mais 0,50% ou 0,25% na próxima reunião	BC revisou estimativa para o PIB de 2022 de elevação de 1% para 1,7%	melhora gradativa no desemprego e na geração de vagas, ainda que com grande relevância do trabalho informal e estabilidade na remuneração média

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

Editorial

PARABÉNS, DENARIUS!

Por Edgard Cornacchione

Um ano se passou desde a criação do Denarius, em meio à guerra contra a COVID-19 e suas variantes com severos impactos em nossa sociedade. Com todos os esforços (saltamos de 10% da população totalmente vacinada para 80%) o tão almejado "pós-pandemia" tem sido postergado e as mudanças testemunhadas no período, com efeito sobre nossa economia e empresas, não foram poucas, ainda mais agravadas por outra guerra: na Ucrânia. Estamos vendo economias consolidadas no mundo enfrentando desafios energéticos e da cadeia alimentar, escalada inflacionária, taxa de juros conduzidas a patamares elevados e os consequentes riscos de recessão (como mencionado pelo presidente do FED nos EUA, recentemente). Testemunhamos a escalada dos temas atrelados ao ESG (Environment, Social and Governance), tendo a Fipecafi participado ativamente (como membro instituidor do CPC) da criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Em meio a tudo isso, na economia brasileira (neste último ano) vimos o PIB sair dos -3,5% para os 4,7% (anualizado no 1o trimestre), a taxa de juros saltar de 3,5% para 13,25%, nossa inflação alcançar 11,73% (anualizado, maio/2022), o dólar de BRL 5,00 para BRL 5,32, nossa bolsa (IBOV) sair de 130 mil pontos para 98 mil pontos, bitcoin de USD 60 mil para USD 19 mil, ethereum de USD 4 mil para USD 1 mil, desemprego cair de 14,9% para 10,5%, entre tantas outras variáveis que apenas simbolizam o pulsar da economia e dos negócios. Isso tudo com a proximidade de dois eventos que movimentam, e muito, o cenário no Brasil: eleições gerais e copa do mundo.

Por falar em negócios, o Brasil atingiu a marca de 19,4 milhões de empresas ativas (800 mil novas empresas somente nos primeiros quatro meses de 2022), sendo 70% MEIs. O Denarius nasceu e se consolidou neste contexto, objetivando monitorar e consolidar indicadores e opiniões sobre conjuntura que afeta os negócios, bem como opiniões e visões tecnicamente embasadas para setores e atividades específicas: tudo isso, com a essência e história de proximidade com as organizações que marca nossa trajetória. É uma materialização importante da Fipecafi, por meio de sua unidade de projetos e pesquisas.

Os profissionais que fazem mover as engrenagens dos negócios no país, necessariamente se relacionam no dia-a-dia com as variáveis econô-

O melhor caminho é, sem dúvida, o fortalecimento de pessoas e organizações. A Fipecafi (ao celebrar seus 48 anos) tem se dedicado intensamente em dar sentido aos negócios e aos contextos, bem como atuar em processos de transformação, por meio de suas iniciativas de desenvolvimento organizacional (projetos) e desenvolvimento humano (formação e treinamento de talentos)

mico-financeiras e precisam enfrentar cenários com decisões complexas e de múltiplas consequências. O melhor caminho é, sem dúvida, o fortalecimento de pessoas e organizações. A Fipecafi (ao celebrar seus 48 anos) tem se dedicado intensamente em dar sentido aos negócios e aos contextos, bem como atuar em processos de transformação, por meio de suas iniciativas de desenvolvimento organizacional (projetos) e desenvolvimento humano (formação e treinamento de talentos). Afinal, temos histórico de mais de 6 mil organizações com quem já atuamos e mais de 55 mil egressos de nossos cursos e treinamentos, promovidos pela Faculdade Fipecafi, líder em seu segmento. É apenas natural, em meio a tanto expertise acumulado, que a Fipecafi possa apresentar ao mercado suas análises e visões sobre o contexto econômico-financeiro, bem como suas perspectivas de movimentos e inovações que afetam o ambiente profissional.

Neste contexto, temos um posicionamento imparcial e tecnicamente denso para levar a você representação de contexto relevante para suas atividades profissionais, sempre apoiado por fatos, dados, tecnologia e a experiência e competência de nossos analistas e parceiros

O Denarius (e todo o time com foco em sua realização) vem contribuir para o alcance das metas estratégicas definidas pela atual administração da Fipecafi, simbolizadas por três bandeiras, a saber: (a) Alargamento de Escopo, (b) Tecnologia e (c) Internacionalização. Neste contexto, temos um posicionamento imparcial e tecnicamente denso para levar a você representação de contexto relevante para suas atividades profissionais, sempre apoiado por fatos, dados, tecnologia e a experiência e competência de nossos analistas e parceiros.

Quero, neste momento, em nome da diretoria executiva da Fipecafi, agradecer a você, nosso leitor, estudante ou profissional da área, que busca fortalecer seu conjunto de informações para orientar suas ações, suas atividades e seus clientes. Também quero agradecer a cada colaboradora, colaborador, parceira e parceiro que com sua visão e energia contribuiu e contribui com o Denarius, estimando claramente o continuado sucesso desta publicação. Ao celebrarmos este ano, registro que há muitas iniciativas sendo gestadas e que irão conduzir o Denarius a patamares ainda mais elevados em seu segmento.

Parabéns Denarius! Obrigado a você, nossa leitora e nosso leitor!

Edgard Cornacchione

PhD
Presidente da FIPECAFI

Panorama econômico brasileiro

A BOLSA BRASILEIRA ESTÁ BARATA?

Por Fábio Sobreira

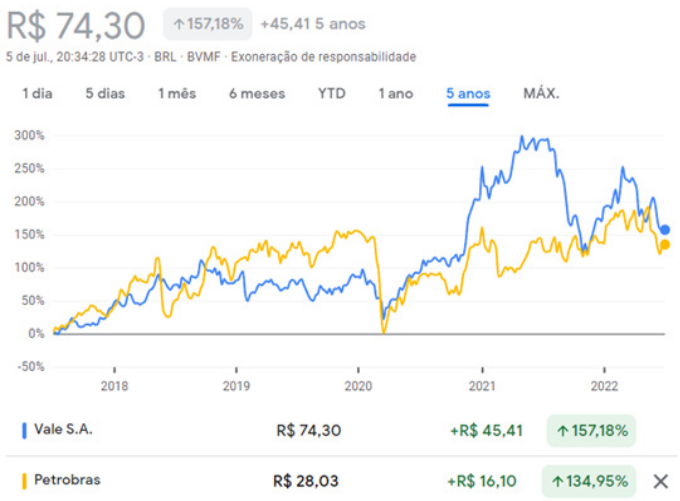
É comum em tempos de grandes quedas nas Bolsas começarmos a nos perguntar se estamos diante de uma crise ou de uma grande oportunidade de comprarmos ativos "com desconto".

De fato, é difícil olharmos para tantas ações hoje sendo negociadas em suas mínimas dos últimos 5 anos, ainda mais baratas do que no auge da pandemia, em 2020, e não pensarmos que podemos ter um novo pullback, levando as ações de volta para seus patamares mais elevados atingidos na máxima histórica do ibovespa, há aproximadamente um ano.

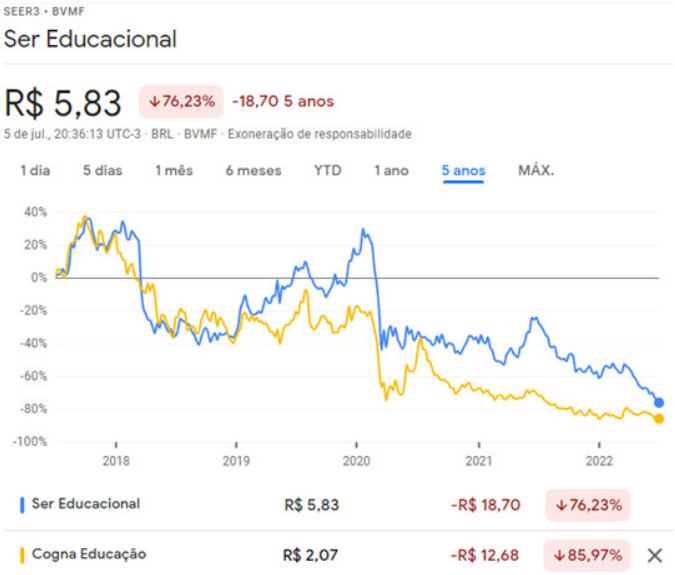
Mais interessante ainda é notarmos que, apesar de nossa Bolsa operar hoje perto dos 98 mil pontos, ou seja, muito acima da mínima de 2020, quando ficamos abaixo dos 64 mil, quase 100 ativos atingiram suas mínimas dos últimos 5 anos em 2022 e, destas, 60 estão hoje sendo negociados nas mínimas deste período.

Mas como isso é possível?

É por causa da distorção causada por grandes empresas que compõem nosso índice, em especial as produtoras de commodities, cujos valores ainda estão muito acima de suas mínimas. Vale e Petrobras, as principais delas, estão com preços muito superiores aos que eram encontrados em março de 2020, o que têm segurado nossa bolsa em patamares perigosamente altos, dando a impressão de que a situação de hoje é melhor do que a do auge da pandemia, o que pode não ser verdade.



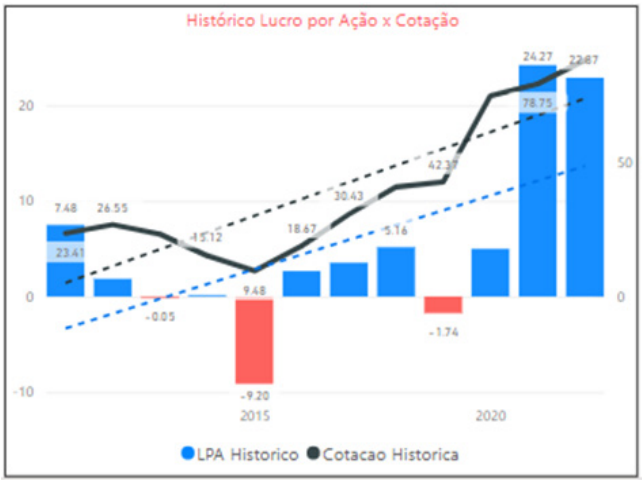
Empresas de outros setores da economia, como as de educação, por exemplo, vêm sofrendo pesadas quedas nos últimos anos e atingiram seus fundos, perdendo inclusive para o auge dos lockdowns, com suas escolas totalmente fechadas e um mundo quase apocalíptico sendo anunciado à época.



Um outro argumento interessante que muitos estão colocando em mídias e fóruns é a de que a bolsa estaria barata devido à relação atual de Preço sobre o Lucro (P/L), hoje perto de 6, o que seria muito abaixo da média histórica dos últimos 15 anos, que é de 11.

Novamente, a distorção se dá pelas mesmas grandes empresas de commodities, com seus lucros muito acima da média nos últimos meses, que também vem distorcendo estes dados.

Citando novamente a Vale, seu Lucro por Ação (LPA), hoje próximo a 22 reais, está muito acima da sua média dos últimos 10 anos, um pouco acima de 3 reais, já ajustados pela inflação do período.



Se utilizarmos este valor médio, seu preço, que hoje representa apenas 3,3x o seu lucro, passaria de 22x, deixando a empresa cara, ao contrário do que muitos insistem em repetir.

Se fizermos este mesmo exercício com toda a Bolsa, pegando o lucro dos últimos 10 anos ajustados pela inflação do período, a relação P/L da Bolsa passaria dos 6, quando comparamos apenas os últimos 12 meses, para algo perto dos 19, já que quase todas as grandes empresas que compõem o índice teriam severos reajustes, assim como a Vale.

Este índice, por menos citado que seja nas mídias sociais, é bem famoso, e é conhecido como CAPE Ratio, ou Shiller PE. Ele serve exatamente para tirar o peso de grandes oscilações dos lucros das empresas que compõem os índices e foi utilizado inclusive para antever bolhas como a das empresas ".com ", no início do século.

Por mais que seja normal que boas empresas tenham lucros crescentes, é sempre mais saudável que estes cresçam de forma homogênea, sem alterações bruscas e curtas distorcendo as análises futuras

Por mais que seja normal que boas empresas tenham lucros crescentes, é sempre mais saudável que estes cresçam de forma homogênea, sem alterações bruscas e curtas distorcendo as análises futuras.

Assim, ao menos em minha opinião, a Bolsa não está barata, mas pode vir a estar, se estas empresas que hoje têm lucros recordes mantiverem estes em patamares ao menos semelhantes aos de hoje, através de maior eficiência e geração de caixa futuro para os próximos anos.

Para isso, precisamos esperar que questões macro sejam resolvidas, como a guerra na Ucrânia e o insistente retorno da Covid na China, antes de termos um veredicto sobre o real valor das empresas da Bolsa, em detrimento de olharmos apenas para seu preço atual ou até mesmo para os seus lucros recentes.

Fábio Sobreira

Contador, Analista CNPI-P, Consultor de Investimentos CVM e Professor da FIPECAFI

Panorama norte-americano

Por Cruz Daniel Lopez

A economia dos EUA encolheu a um ritmo anual de 1,6% nos primeiros três meses do ano, segundo informações do governo. O número representa um leve rebaixamento em relação à estimativa anterior para o trimestre de janeiro a março. Foi a primeira queda no Produto Interno Bruto (PIB) – a medida mais ampla da produção econômica – desde o segundo trimestre de 2020, no auge da recessão do Covid-19, e chega após uma forte expansão de 6,9% nos últimos três meses de 2021.

Somando ao cenário, a inflação está no patamar mais elevado em 40 anos e a confiança do consumidor está afundando. No mês passado, o Departamento de Comércio havia fixado o crescimento do PIB no primeiro trimestre em 1,5%. Mas em sua terceira e última estimativa na última semana, o departamento disse que os gastos do consumidor – que representam cerca de dois terços da produção econômica – foram substancialmente mais fracos do que haviam calculado anteriormente, crescendo a um ritmo anual de 1,8% em vez dos 3,1% estimados em maio.

Ainda assim, o número negativo do PIB provavelmente não sinaliza o início de uma recessão e os economistas esperam que o crescimento seja retomado ainda este ano. A queda do primeiro trimestre sozinha não diz muito sobre a saúde da economia: um déficit comercial maior – refletindo o apetite dos americanos por bens e serviços estrangeiros – reduziu 3,2 pontos percentuais da variação do PIB de janeiro a março. O investimento empresarial cresceu saudáveis 5%.

De qualquer forma, a economia dos EUA, que desfrutou de uma rápida recuperação da curta, mas devastadora recessão do coronavírus em 2020, está sob pressão, pois o Federal Reserve (Fed) vem aumentando as taxas de juros para conter a inflação. A recuperação pegou as empresas de surpresa, e um aumento inesperado nos pedidos de clientes sobrecarregou fábricas, portos e pátios de carga, levando a escassez, atrasos e preços mais altos. Em maio, os preços ao consumidor subiram 8,6% em relação ao ano anterior, maior salto ano a ano desde 1981.

Em resposta, o Fed acelerou seu plano de aumentar as taxas de juros, elevando sua taxa de referência de curto prazo em três quartos de ponto percentual, o maior aumento desde 1994. O Fed espera alcançar o chamado soft landing, que seria a desaceleração do crescimento econômico apenas o suficiente para reduzir a inflação para

sua meta de 2% sem causar uma recessão.

Fed continuará aumentando as taxas de juros enquanto for apropriado

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, afirmou recentemente que o órgão continuará a aumentar as taxas de juros em um esforço para combater a inflação, já que em todo o país, os americanos sentem o peso dos aumentos de preços mais rápidos. Contudo, conforme citado, o Banco Central enfrenta um desafio crescente: diminuir os preços sem empurrar o país para uma recessão. "Antecipamos que os aumentos contínuos das taxas serão apropriados. O ritmo dessas mudanças continuará a depender dos dados recebidos e da evolução das perspectivas para a economia", sinalizou Powell em depoimento em uma audiência perante o Comitê Bancário do Senado focada no relatório semestral de política monetária do Fed ao Congresso.

Seu depoimento no Congresso vem menos de uma semana depois que o Fed anunciou o maior aumento da taxa de juros desde 1994 – elevando a taxa de fundos federais em 0,75% em sua reunião de junho. Foi a terceira vez que o Fed aumentou as taxas este ano, elevando a taxa dos fundos federais para 1,5% até agora.

Funcionários do Banco Central projetam que a taxa pode ficar entre 3% e 3,5% até o final do ano. Durante a audiência em questão, Powell reconheceu que isso representa uma dificuldade significativa para os americanos e disse que ainda não houve nenhuma indicação de que os preços estão caindo. Em relação ao ano anterior, sem incluir os preços de energia e alimentos, que geralmente são voláteis, os preços aumentaram 6% em relação ao ano anterior.

Mas à medida que o Fed se move para combater as escaladas de preços crescentes, os temores de recessão aumentam. Durante a audiência, o senador democrata Jon Tester, de Montana, perguntou a Powell se ele concorda que tornar as taxas de juros muito altas, muito rapidamente, poderia levar os EUA a uma recessão. "É certamente uma possibilidade", respondeu Powell. "Não é o nosso resultado pretendido, mas certamente é uma possibilidade e, francamente, os eventos dos últimos meses em todo o mundo tornaram mais difícil para nós alcançarmos o que queremos."

Mais empregadores interromperam ou desaceleraram seus planos de contratação em meio ao aumento da inflação e à possibilidade de recessão

Dívida corporativa global cairá em meio a custos de financiamento mais altos

Taxas de empréstimos mais altas estão reduzindo o apetite por novos financiamentos, já que as empresas adotam uma postura mais conservadora. A dívida líquida corporativa global caiu 1,9%, para US$ 8,15 trilhões no ano passado, de acordo com um relatório divulgado na última semana. O declínio da dívida corporativa global, o primeiro desde pelo menos 2014/2015, foi fortemente influenciado pelo setor de energia, já que os altos preços levaram as empresas de petróleo e gás a cortar seus empréstimos em US$ 155 bilhões em moeda constante, segundo o estudo.

Mais empregadores interromperam ou desaceleraram seus planos de contratação em meio ao aumento da inflação e à possibilidade de recessão. O esfriamento no ritmo das contratações veio forte na indústria de tecnologia. No início de maio, empresas como Uber, Meta, Snap, Carvana e Robinhood anunciaram uma desaceleração ou corte nas contratações. Algumas dessas empresas continuaram a cortar contratações em junho. O Wall Street Journal observou que Twitter, Redfin e Coinbase rescindiram recentemente ofertas de emprego. Netflix, Peloton, Spotify e Warner Bros Discover também viram uma desaceleração nas contratações.

Após meses de Grande Demissão e Grande Reorganização, o mercado de trabalho chegou a parecer estável. No entanto, de acordo com a Reuters, 21.500 trabalhadores de tecnologia per-

deram seus empregos este ano. As demissões de tecnologia dispararam 780% no início de 2022. A tecnologia não é a única indústria em modo de proteção durante tempos econômicos incertos. Algumas empresas de seguros, marketing de varejo, consultoria e serviços de recrutamento também viram desacelerações ou congelamentos nas contratações. Isso também inclui as montadoras Ford e Tesla. O CEO da Tesla, Elon Musk, disse que os cortes de empregos podem chegar ao Twitter assim que sua compra de US$ 44 bilhões da plataforma de mídia social estiver concluída.

As demissões também estão afetando os recém-formados. Enquanto alguns obtiveram sucesso no mercado de trabalho, de acordo com o USA Today, muitos recém-formados disseram ao Journal e à Reuters que sentem os efeitos das mudanças econômicas.

Enquanto isso, os resultados do mercado de trabalho demonstram força, com a taxa de desemprego na mínima em meio século, a 3,6%. No final de maio, muitos americanos se sentiram confiantes em relação à segurança do emprego e ao mercado de trabalho, apesar do aumento da inflação. Contudo, à medida que a inflação persiste, essa confiança pode diminuir. Ainda assim, o presidente Biden tem buscado manter o otimismo de que a economia é forte o suficiente para resistir à inflação e que a recessão não é inevitável.

EUA, China e tarifas de Trump

Os Estados Unidos e a China conversaram nesta semana para discutir os enormes desafios que a economia global enfrenta em meio a especulações crescentes de que algumas tarifas da era Trump poderiam ser cortadas para aliviar a inflação e impulsionar o crescimento. A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, e o vice-primeiro-ministro da China, Liu He – principal autoridade econômica de Pequim – tiveram uma "conversa substantiva" em uma ligação, de acordo com um comunicado do Tesouro dos EUA.

A leitura chinesa observou que a troca foi "construtiva" e "pragmática", acrescentando que os dois lados discutiram "visões sobre a situação macroeconômica e a estabilidade da cadeia industrial global e da cadeia de suprimentos". Ainda segundo o representante chinês, ambos os envolvidos concordaram que a economia global está enfrentando sérios desafios e deram "grande importância" a uma melhor coordenação de políticas entre a China e os Estados Unidos.

Do Banco Mundial a Wall Street, há uma preocupação crescente com o risco de uma recessão global, e a inflação não vista em décadas está martelando os consumidores nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto isso, a economia da China foi prejudicada pela política de zero Covid do país. Analistas temem que a economia chinesa possa se contrair no segundo trimestre, colocando fora de alcance a meta de crescimento anual do governo de 5,5% para 2022. O lado chinês também "expressou sua preocupação com questões como o levantamento de tarifas e sanções adicionais impostas pelos Estados Unidos à China e o tratamento justo das empresas chinesas", segundo o comunicado chinês.

A leitura dos EUA não mencionou tarifas ou sanções, mas afirmou que Yellen "levantou questões de preocupação", incluindo o impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia na economia global e o que chamou de práticas econômicas "injustas e não comerciais" da China. A ligação entre as duas autoridades econômicas ocorre depois que a Bloomberg informou que Biden pode anunciar uma "reversão de algumas tarifas dos EUA sobre bens de consumo chineses" esta semana.

Cruz Daniel Lopez
Correspondente norte americano do Denarius

Implicações para o mercado

GUERRA NA UCRÂNIA: ORIGENS, INTERESSES E SOBERANIA

Por Flavio Riberi

"(...) *atacou pela retaguarda as tropas voluntárias, passou os oficiais a fio de espada e capturou parte do comboio. Como recompensa, exigiu do soviete de Odessa três dias de insurreição pacífica.*"

Não, este não é o relato de um correspondente no front da guerra na Ucrânia. Todos os dias, novas notícias, no início soavam como um abalo sísmico de uma guerra em nosso tempo. A regularidade da notícia fez com que nos acostumássemos com o tremor, como se ele estivesse sempre ali. E realmente esteve e está há mais de 100 anos. O trecho que abre este artigo salta de um conto narrado em 1919 e publicado em uma das poucas obras póstumas do escritor e jornalista soviético Isaac Bábel[1] , nascido em Odessa na Ucrânia (a época Império Russo e depois União Soviética) e morto no grande expurgo de Stalin.

Os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia sobrevivem ao tempo. Desde o fim da União Soviética, a Rússia se dedica a formar e manter um bloco unido sob premissas identitárias comuns como a proximidade do idioma e religião, sobrepostos pelos seus interesses econômicos nos corredores logísticos deste país. Neste momento, na atual guerra, a Rússia já detém o controle da costa leste do país e as principais cidades portuárias com acesso ao mar Negro.

O interesse em frear a expansão da OTAN para países fronteiriços com a Rússia não é de hoje. Países membros da União Europeia, liderados por França e Alemanha, durante a reunião de cúpula da OTAN em Bucareste no ano de 2008, se posicionaram em primeira mão contra a promoção de Ucrânia e Geórgia a países candidatos ao ingresso na aliança, a contragosto do interesse do presidente norte-americano a época, George W. Bush. O que, no entanto, aconteceu nesta reunião, foram brigas entre representantes dos EUA e Alemanha, que resultaram na inclusão em ata de que tanto a Ucrânia como a Geórgia se tornariam membros da OTAN um dia, sem determinar um prazo de ingresso. A decisão da cúpula foi uma maneira diplomática dos países

O resultado da deficiente formatação diplomática é o potencial de descenso da contribuição da Ucrânia com o suprimento de seu agronegócio com produtos como milho, cevada e trigo a seus mercados importadores na União Europeia (muitos com alta dependência de gêneros alimentícios), que, passarão a subordinar-se aos interesses da nova política externa russa

1 Froim Gratch, IN Contos de Odessa de Isaac Bábel. Tradução: Rubens Figueiredo. Penguin--Companhia.

signatários da OTAN não se indisporem com os EUA, mas, ao mesmo tempo, não agradaram os países candidatos e lançou uma provocação ao líder supremo da Federação Russa.

Curiosamente, Vladimir Putin é uma liderança política que se inspira no ditador soviético Joseph Stalin. Embora Putin nunca fizesse referências em público, se utilizou no exercício de seu mandato de símbolos comuns desde o uso do mesmo escritório no Kremlin até o uso da antiga dacha (casa nos arredores de Moscou) do ditador para reuniões simbólicas. A visão de sua política externa decerto que possui as tonalidades do antigo ditador, ao não aceitar que a Ucrânia seja um país independente, e que não deve ser controlado pelas nações europeias em conjunto com os EUA[2] .

Ao tomar conhecimento das decisões desta reunião de cúpula em 2008 (somente participou no último dia do encontro), Putin expressou publicamente seu desgosto e o primeiro sinal de que, se a aliança aceitasse os dois países, que seria sem a Crimeia e as regiões do leste.

A preparação para um conflito militar, portanto, pode ter se intensificado neste momento, e, o que poderia ser um balão de ensaio culminou na tomada da Crimeia em 2014 com baixa utilização de força militar e movimentação política de habitantes de origem russa nesta região (Uma "coincidência" do momento presente é o próprio avanço do exército russo sobre cidades que representam importantes centros econômicos

Foto: Pexels

como Luhansk e Donetsk - Região de Donbass que reúne população com intenções separatistas em relação à Ucrânia).

Por fim, a atual guerra não é o produto de uma série de acontecimentos históricos que envolvem uma frágil teia diplomática de interesses não conciliados entre nações. O resultado da deficiente formatação diplomática é o potencial de descenso da contribuição da Ucrânia com o suprimento de seu agronegócio com produtos como milho, cevada e trigo a seus mercados importadores na União Europeia (muitos com alta dependência de gêneros alimentícios), que, passarão a subordinar-se aos interesses da nova política externa russa.

2 Extraído do livro "Todos os homens do Kremlin" de Mikhail Zygar, editora Vestígio.

Flávio Riberi

Professor e coordenador dos cursos de pós-graduação na faculdade Fipecafi, vice Presidente Adjunto de Contabilidade da ANEFAC e membro do Conselho fiscal da EPTV. Possui Possui graduação em Ciências Contábeis e Economia pela PUC-SP e mestrado em controladoria e contabilidade pela FEA-USP

Ponto de vista

CONTABILIDADE POR COMPETÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM CAMINHO QUE PRECISA SER CONSTRUÍDO EM CONJUNTO

Por Maiara Sasso

Talvez para alguns leitores deste texto soe estranho pensar em contabilidade feita através de um regime de contabilização distinto do regime de competência. Porém, a ausência de informações elaboradas e divulgadas com base nesse regime foi a realidade de muitos entes públicos brasileiros até um passado recente e continua sendo a realidade de outros. Mas, se engana quem pensa que isso ocorre somente em nosso país.

Segundo dados do levantamento divulgado em 2021 pela International Federation of Accountants (IFAC) em conjunto com a Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA), os relatórios contábeis publicados em 2020 por 50 países foram elaborados com base no regime de caixa. Sessenta e seis países empregaram parcialmente o regime de competência e 49 utilizaram o regime de competência.

Na contabilidade com base no regime de caixa se registram os fatos pela entrada e saída de caixa, portanto, as receitas e as despesas são reconhecidas quando os recebimentos e pagamentos são efetuados. Essa lógica é mais simples de ser aplicada e entendida, principalmente por não contadores. No entanto, em termos de informação produzida, a contabilidade com base nesse regime apresenta limitações que podem afetar a tomada de decisão e a accountability.

Pelo regime de caixa puro não se registram transações que não impactam o caixa. Portanto, informações sobre obrigações com terceiros como o passivo atuarial e outras dívidas públicas, valores a receber, estoques e os custos dos serviços prestados não são fornecidas por esse regime. Se uma entidade recebesse todos os valores a que tem direito e os destinasse para o pagamento de despesas ou aquisição de bens que fossem totalmente consumidos no mesmo ano do recebimento dos valores, talvez as informações não proporcionadas pelo regime de caixa não seriam necessárias, pois as transações não registradas sequer existiriam. Porém, essa não é a realidade de muitas das entidades públicas e, por isso, informações adicionais à aquelas que impactam o caixa podem ser cruciais.

O regime de competência viabiliza o registro de transações quando elas ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Em termos de informação gerada, é praticamente inquestionável que se teria benefícios com a utilização desse regime pelas entidades públicas. Porém, quando analisamos todas as mudanças necessárias para a sua implementação, uma reflexão mais cautelosa precisa ser efetuada.

Primeiro, para o registro de transações pelo regime de competência, tem sido recorrente a necessidade de investimentos em sistemas de

Foto: Freepik

informação, a estruturação de um plano de contas e o desenho de normas e políticas contábeis. Tudo isso, no entanto, somente é concretizado com investimentos em treinamentos e capacitação de recursos humanos, uma vez que se está falando de uma mudança significativa da lógica contábil que era utilizada pelas entidades. A lógica anterior, entretanto, não tem sido eliminada pela maioria dos países que estão no processo de implementação do regime de competência, uma vez que a lei do orçamento público vai continuar sendo elaborada com base na lógica do caixa. Assim, o que se tem é a adição de novas atividades que podem inclusive demandar a contratação de mais recursos humanos para a sua operacionalização.

O outro ponto que precisamos refletir é sobre o uso das novas informações. Quando falamos em entidade pública, precisamos lembrar de que os gestores são eleitos por nós, cidadãos, para a gestão dos recursos que nos pertencem, enquanto sociedade, por um período predeterminado. Assim, é imprescindível que essas informações sejam utilizadas não apenas para a tomada de decisão interna das entidades para melhor gerir os recursos, mas também que os proprietários do patrimônio público (sociedade) e seus representantes (poder legislativo e outras entidades) os utilizem para o devido processo de controle e fiscalização. Certamente podemos pensar em outros potenciais usuários da informação contábil com base no regime de competência, como as instituições financeiras internacionais, porém aqui me limito a esses exemplos, pois a finalidade é chamar a atenção para a elaboração da informação como um meio e não um fim em si mesma.

A projeção efetuada pela IFAC e pela CIPFA indica que a implementação do regime de competência no setor público será concretizada por muitos países. De acordo com essas instituições, em 2030 o número de países usando somente o regime de caixa e o regime de competência de forma parcial deve reduzir para 21 (total de 50 em 2020) e 24 (total de 66 em 2020), respectivamente, e a quantidade de países utilizando o regime de competência deve crescer para 120 (total de 49 em 2020).

O Brasil é um desses países. Atualmente temos 34 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) baseadas no regime de competência e executamos o plano de implementação gradual publicado em setembro de 2015 por meio da Portaria STN nº 548. Apesar das mais variadas dificuldades para a implementação das mudanças, a área contábil de alguns entes públicos tem feito o possível (e talvez o impossível) para atender às demandas. A exemplo disso cito os municípios de Águas Frias (Santa Catarina) e Santa Teresa (Espírito Santo) com populações aproximadas de 2.400 e 23.000, respectivamente, que surpreenderam ao alcançarem o primeiro lugar no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN) de 2019 e 2020. Me refiro a essas conquistas como "surpresas" pois são municípios menores e que, por isso, talvez pensaríamos que não teriam uma área contábil muito bem estruturada.

Não ter uma contabilidade feita por meio do regime de competência não significa que não existam informações e que a Contabilidade esteja ausente, significa apenas que não há informações elaboradas com base nesse regime. Informações essas que podem ser de extrema relevância para a tomada de decisão e a accountability. Contudo, o sucesso da implementação do regime de competência não depende somente da área contábil, mas da utilização dos produtos por ela gerados.

Maiara Sasso

Professora, membro do Centro de Estudos em Contabilidade e Governo (ContGov) da FEA/USP-SP e doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP-SP. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá/PR e mestrado em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP-SP

Tecnologia e inovação de negócios

INOVAÇÃO: INTELIGÊNCIA DE DADOS A SERVIÇOS DOS GOVERNOS 4.0

Por Carlos Henrique Vieira Filho

Em nosso mundo pós Covid-19, temas como inovação, startups, discussões sobre inovação abertas ou fechadas são temas cada vez mais comuns dentro do nosso contexto empresarial.

São muitas palestras, consultorias e cursos sobre o tema, em busca de novas oportunidades de negócio.

Contudo, nós nos perguntamos como isso ocorre dentro dos governos? Quais são as tendências e desafios dos gestores públicos? Como as tendências se conectam com este novo mundo de inovação?

Infelizmente, os governos não têm a velocidade de inovar e se transformar como nossas empresas têm, para algumas transformações são necessárias, como, por exemplo as mudanças legais.

Isso leva tempo e gera muito esforço para as discussões e na redação destas novas leis.

Mudar muitas vezes envolve a necessidade de quebrar padrões e cultura, além de investimentos financeiros que estes órgãos não têm à disposição, pois precisam focar em questões mais básicas para a saúde e segurança da população, do que no investimento em infraestrutura tecnológica.

Pensando nestas tendências e o contexto que os órgãos públicos estão inseridos cito dois desafios e uma consequência destas tendências neste meio:

O desafio da transformação digital

Quando falamos em transformação digital, muitas vezes, pensamos naquele boleto que antes era recebido por meio do correio e que está disponível em nosso e-mail.

Transportando esta discussão para os processos, transformamos aquela assinatura e carimbo em uma aprovação com usuário e senha.

Mas isso foi apenas a digitalização de um serviço, sem uma transformação, a burocracia e as regras que o meio "analógico" exigiam foi mantido e atualizado para o modelo digital.

Transformação digital é muito mais que isso, muitos carimbos e assinaturas são evidências de que alguém parou, leu, avaliou e verificou. Por exemplo, se os valores e informações necessárias estão neste documento, quando transformamos este processo, estas validações e conferências não precisam ser feitas por alguém (um humano), se as regras e os parâmetros são definidos podemos deixar que a máquina, valide isso e deixe para que o humano faça atividades que o computador não consegue.

O desafio da integração

"Informação é o novo petróleo!" ou "informação é o maior ativo de uma empresa!" quem nunca ouviu uma destas afirmações? Ninguém duvida que esta é uma verdade, cada vez mais estamos gerando informações confiáveis e relacionadas.

Antigamente apenas os cartórios eram atualizados com as informações dos proprietários dos imóveis de uma cidade, as prefeituras dependiam de uma atualização cadastral manual e presencial do cidadão para receberem estas informações. Contudo, isso ficou no passado, hoje já é possível a integração dos cartórios com as prefeituras e até mesmo com a Receita Federal, assim a informação lançada nas novas escrituras

Infelizmente, os governos não têm a velocidade de inovar e se transformar como nossas empresas têm, para algumas transformações são necessárias, como por exemplo as mudanças legais

Foto: Freepik

é compartilhada entre os três órgãos.

Esta é uma tendência e um desafio.

Cada vez mais informações serão geradas, integradas e validadas, porém, como os gestores vão utilizar as informações que recebem, como vão manter a segurança destas informações? Afinal, quanto valem estes repositórios de dados?

A inteligência artificial para responder aos desafios

Como consequências destas tendências temos a tão falada inteligência artificial, não existe um setor onde a I.A. não seja tendência, e neste meio não é diferente.

Se temos os processos digitalizados, se temos integrações para colhermos mais informações e validarmos os dados que possuímos, então temos um ambiente muito fértil para que a inteligência artificial tenha bons frutos.

Acredito que a inteligência artificial será um segundo momento, pois com todo este ambiente, o primeiro passo são validações simples, utilizando mais uma vez do exemplo do cartório, uma simples comparação do que foi declarado no IRPF e o que foi declarado no cartório já é suficiente, a inteligência artificial irá apoiar neste exemplo a identificar toda a origem do dinheiro utilizado para fazer a compra, e se, de fato a informação correta foi passada aos órgãos fiscalizadores.

Sei que em nossas empresas essas tendências já fazem parte da realidade, mas infelizmente o setor público anda um pouco mais lento que as empresas privadas, entretanto este movimento em âmbito federal já é uma realidade.

A ponto de cada vez mais nossos estados e municípios estão aderindo a estas tendências e caminhando rumo ao Governos 4.0

Carlos Henrique Vieira Filho,

Diretor de pesquisa e desenvolvimento na SMAR APD. Carlos, é Bacharel em Ciências da Computação pela UFSCar e pós-graduando em Gestão de Negócios na Fundação Dom Cabral.

Saúde e previdência

O QUE "SÃO" UMA SEGURADORA?

Por Luiz Jurandir Simões de Araujo

O aparente erro de concordância verbal do título foi de propósito, instigado pelo mote desse artigo: os vários processos cotidianos que uma seguradora gerencia, em particular somados às exigências do IFRS17, abrem espaço para uma seguradora ser uma atriz com vários personagens na mesma peça.

De forma bem esquemática e rápida, uma seguradora, diariamente, prospecta e organiza todas as informações viáveis e consistentes que ajudem a estimar a probabilidade de ocorrerem eventos futuros (mortes, incêndios, falências etc.) e as suas potenciais perdas (severidades), em geral, financeiras. Com esses números ela define quanto os segurados devem pagar (em prêmios) para que, os que sofrerão essas perdas, recebam indenização (subsidiada pelos que não sofreram). A esse contrato social entre as partes, os atuários dão o nome de mutualismo. Como cada agente econômico é um elo de complexas correntes de trocas e contratos. Aquele que sofrer algum infortúnio, terá uma indenização para ajudar-lhe a manter-se e assim não enfraquecer as correntes de que faz parte.

Uma seguradora é, portanto, por dever de ofício, uma observadora sagaz do futuro e uma solda que ajuda a fortalecer os elos que foram enfraquecidos por vicissitudes.

Observar o futuro? Clarividência? Charlatanismo? Não! Probabilidade, muita informação, muita perspicácia nas suas estimativas.

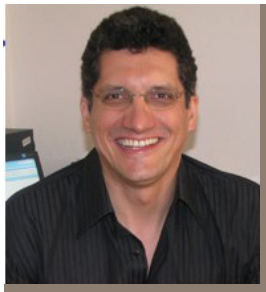
As seguradoras dão à luz as mais criativas ferramentas institucionais para oferecer à civilização métricas (em geral, probabilísticas) e tecnologias (produtos financeiros) que fortaleçam a manutenção e sustentabilidade das inúmeras e complexas inter-relações entre empresas, instituições, famílias, pessoas e governos.

Nesse ponto do artigo fica claro o porquê do "são" ao invés de "é", que foi usado no título. Porque uma seguradora pode ser muito mais do que é, em geral, hoje. Ela sempre teve de precificar muito bem os riscos (probabilidades de ocorrência e severidades) dos seus clientes antes de assinar o contrato e, com o IFRS17, terá de acompanhar todas as informações para aferir e reprecificar se as estimativas iniciais mantêm-se válidas.

Portanto, a seguradora mira o olhar para o futuro, para a sustentabilidade, para a disciplina corporativa, para a solidez das políticas públicas. Com esse olhar arguto poderá estimar muito melhor os impactos que a insensatez provoca e terá de manter essa argúcia diariamente.

Essa olhar inteligente sobre o futuro nutrirá muitos outros atores da economia. Os agricultores terão informações e tecnologias para mitigar seus riscos, as mineradoras saberão onde posicionar seus refeitórios para não colocar em perigo centenas de funcionários, os pequenos empresários terão indicativos (por exemplo, nível do prêmio cobrado) para alguns riscos que correm. Inúmeros atores (privados e públicos) poderão perguntar às seguradoras quais escolhas são mais sustentáveis, éticas e responsáveis e quais são mais inconsequentes e desagregadoras. Quais levarão a um futuro mais justo, digno e responsável.

Esse fluxo contínuo de mergulho nas informações que o IFRS17 cobra, exigirá um esforço árduo das equipes das seguradoras, mas o legado que ficará vai mudar muitos patamares, inclusive, civilizatórios.



Luiz Jurandir Simões de Araujo

Doutor em Engenharia Elétrica pela Poli/USP, programador e engenheiro de software, professor no curso de Atuária na FEA/USP e UNIFESP/Osasco e diretor da InnovaScion

ESG

EM BOA HORA: FOI CRIADO O COMITÊ BRASILEIRO DE PRONUNCIAMENTOS DE SUSTENTABILIDADE (CBPS)

Por Fernando Dal-Ri Murcia

A criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) foi aprovada nesta quinta-feira, 9 de junho, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A função principal do CBPS será normatizar, por meio de Pronunciamentos Técnicos, à divulgação das práticas de sustentabilidade empresarial, algo que ficou recentemente conhecido como ESG (Environmental, Social and Governance) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) na tradução portuguesa.

O novo Comitê vai interagir com o International Sustainability Standards Board (ISSB), cuja criação foi anunciada pela Fundação IFRS na COP26, realizada em Glasgow em novembro do ano passado.

O objetivo do ISSB será emitir normas globais a serem aplicadas ao redor do mundo. O CBPS, por sua vez, será o normatizador brasileiro responsável justamente por incorporar as normas globais emitidas pelo ISSB no ordenamento pátrio.

Esse formato de normatização, onde um órgão local é responsável pela incorporação de regras internacionais no cenário nacional, não é novidade no Brasil. De fato, para fins da normatização das divulgações das práticas de sustentabilidade empresarial, o formato seguirá o mesmo atualmente utilizado no âmbito de normas contábeis destinadas à elaboração de demonstrações financeiras. Nessa seara, é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) o órgão responsável por revisar e adaptar as normas contábeis, chamadas IFRSs, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A expectativa, portanto, é que esse formato de normatização que deu certo no Brasil – permitindo que desde de 2010 as normas brasileiras de contabilidade estejam convergentes com as normas internacionais adotadas por mais de 120 países ao redor do mundo – seja replicado no âmbitos das divulgações sobre sustentabilidade empresarial.

O CBPS será composto por dois representantes das entidades fundadoras do CPC: ABRASCA, APIMEC BRASIL, B3, CFC, IBRACON E FIPECAFI, e ainda deverá receber indicações

Foto: Freepik

de entidades representativas de investidores do mercado de capitais. O CBPS terá 14 membros e quatro coordenadorias, nos moldes consolidados pelo CPC.

A criação do CBPS tem o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), do Banco Central do Brasil (BCB) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Serão justamente esses órgãos reguladores, além de outros, os responsáveis por transformar os Pronunciamentos do CBPS em Resoluções, Deliberações etc. aplicáveis as entidades reguladas. De fato, o CBPS não terá poder de enforcement — seja para exigir, fiscalizar ou punir — aqueles que não apliquem adequadamente suas normas. Tal função caberá aos reguladores locais interessados em exigir divulgações sobre sustentabilidade empresarial em linha com as normas internacionais sobre o tema.

Ressalte-se que já existem duas normas colocadas em audiência pública pelo ISSB, uma que estabelece os requisitos gerais de divulgação relacionados à sustentabilidade e a outra que especifica os requisitos de divulgação relacionadas ao clima.

A normatização e a regulação da divulgação de informações ESG é muito bem-vinda. Apesar de não ser algo novo, o tema da sustentabilidade empresarial tem ganhado a atenção das empresas, do mercado e da sociedade como um todo nos últimos anos. Contudo, parte dos agentes tem adotado uma postura bastante cética sobre as divulgações realizadas pelas empresas. Isso ocorre principalmente em razão de prática conhecida como "greenwashing", uma espécie de maquiagem verde na qual a empresa se promove como sendo sustentável – mas a prática empresarial efetiva é muito distinta do discurso.

Neste contexto, a normatização sobre o tema – acompanhada de processos de revisão e auditoria para garantir a fidedignidade da informação – ajudará o mercado a separar o "ESG Real" do "ESG Fake".

Fundamental igualmente serão as iniciativas educacionais sobre sustentabilidade. Os profissionais envolvidos – de executivos responsáveis pela preparação das divulgações aos analistas responsáveis pela avaliação das empresas – precisarão, necessariamente, ser treinados para este novo paradigma informacional.

Os bancos escolares tradicionais não preparam os profissionais para esse desafio. Por outro lado, a educação dos nossos filhos e netos seguramente levará em conta essa nova demanda da sociedade e do mercado como um todo. Afinal a tendência é secular e o ESG veio para ficar. Vem em boa hora, portanto, a criação do ISSB e do CPBS no cenário brasileiro

Os bancos escolares tradicionais não preparam os profissionais para esse desafio. Por outro lado, a educação dos nossos filhos e netos seguramente levará em conta essa nova demanda da sociedade e do mercado em sua totalidade. Afinal, a tendência é secular e o ESG veio para ficar. Vem em boa hora, portanto, a criação do ISSB e do CPBS no cenário brasileiro.

Fernando Dal-Ri Murcia

Professor e diretor FIPECAFI Projetos, professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de São Paulo - FEA/USP, e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela USP

Espaço jurídico-contábil

A FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DAS ESTATAIS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Por Newton Antônio Pinto Bordin

A Lei das Estatais estabeleceu diversas regras de governança para a seleção e para o funcionamento dos Conselhos de Administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista, em complemento às regras da Lei das S/A. As disposições inseridas pela Lei n.º 13.303/16 abrangem temáticas como quantitativos de membros, que devem ser entre 7 e 11, e a reputação pretérita dos conselheiros, que, além de terem experiência profissional no setor empresarial da estatal, não podem possuir condenações que os tornem inelegíveis para cargos públicos.

Não é nosso objetivo tratar da minúcia da lei das estatais neste artigo; quando muito, destacar que, se, de um lado, uma indicação para um Conselho de uma sociedade de capital aberto pode representar o reconhecimento profissional, de outro, a atuação no Conselho de uma empresa estatal enseja maior exposição individual a órgãos de controle. Isso porque, embora qualquer conselheiro esteja sujeito à fiscalização da Assembleia Geral, da CVM e, em certa medida, do Ministério Público, tem-se verificado que os conselheiros de estatais também têm sido chamados a se explicarem perante as Cortes de Contas – notadamente o Tribunal de Contas da União (TCU).

É reconhecido que a missão constitucional atribuída às Cortes de Contas é demasiado ampla, abrangendo as contas diretas e indiretas de todo administrador de recursos públicos. Além disso, não se trata de fiscalização estritamente contábil, mas que tem mandato para avançar para a análise de aspectos de legalidade, de economicidade e de legitimidade do uso de recursos titularizados por pessoas jurídicas integrantes da administração pública.

Assim tem atuado o TCU, que, na fiscalização de empresas estatais tem se dedicado não só à análise de conformidade da atuação empresarial, mas também a apreciar aspectos de governança. Na análise da transação referente à refinaria de Pasadena (TC 025.551/2014-0), o TCU avaliou as condutas dos Conselheiros de Administração de forma individual, ainda que, ao final, não lhes tenha imputado responsabilidade pelas irregularidades identificadas.

Dentre diversas questões relevantes do paradigmático caso de Pasadena, vale destacar a ab-

Dentre diversas questões relevantes do paradigmático caso de Pasadena, vale destacar a absolvição da Presidente do CA da Petrobras, sob o argumento de que teria baseado sua decisão de aquisição do ativo em um resumo executivo de diretoria que não fazia referências a determinadas cláusulas consideradas desfavoráveis à empresa no contexto da transação

solvição da Presidente do CA da Petrobras, sob o argumento de que teria baseado sua decisão de aquisição do ativo em um resumo executivo de diretoria que não fazia referências a determinadas cláusulas consideradas desfavoráveis à empresa no contexto da transação.

Ainda assim, todos os Conselheiros da Petrobras, ao aprovarem a transação em um dia, com injustificada urgência, em um contexto em que poderiam ter solicitado apoio técnico sobre a matéria, inclusive externo, foram acusados de terem agido em desobediência às regras da estatal, que exigiam que as deliberações do CA fossem precedidas da distribuição de material de apoio com no mínimo uma semana de antecedência.

O ministro do TCU Vital do Rêgo, relator do caso Pasadena, indicou que os membros do conselho não agiram com dolo nem má-fé, e por isso suas contas deveriam ser julgadas regulares, ainda que com ressalvas.

Nossa percepção é de que a fiscalização das estatais realizadas pelo TCU – com efeitos irradiadores e paradigmáticos aos demais Tribunais de Contas, que também exercem jurisdição sobre inúmeras empresas estatais regionais ou locais – tem seguido o padrão de verificar as condutas dos Conselheiros de mencionadas empresas a partir de perspectiva material, não mais se restringindo a uma fiscalização formal dos atos objeto da apuração.

Para o Conselheiro, trata-se de mais um órgão de fiscalização ao qual potencialmente deve prestar esclarecimentos. Ocorre que (1) é um processo de natureza administrativa demasiado aberto, diferentemente do que ocorre em processos judiciais; e (2) tem repercussões pessoais no caso de julgamento pela irregularidade. Nessa perspectiva, o julgamento por irregularidade das contas pode ensejar, no limite, a impossibilidade de integrar o Conselho da empresa.

A nosso ver, a fiscalização do nível estratégico das empresas estatais pelos Tribunais de Contas deverá ser acentuado nos próximos anos, em razão de crescentes demandas por transparência e por mecanismos de integridade e de compliance efetivos.

Longe de representar o engessamento do Conselho de Administração ou um desincentivo a que profissionais gabaritados aceitem integrar os órgãos de cúpula das estatais, a fiscalização pelos Tribunais de Contas contribui com a profissionalização de referidos Conselhos, mediante a seleção e a contratação de gestores capazes de orientar a administração da empresa em sua governança corporativa.

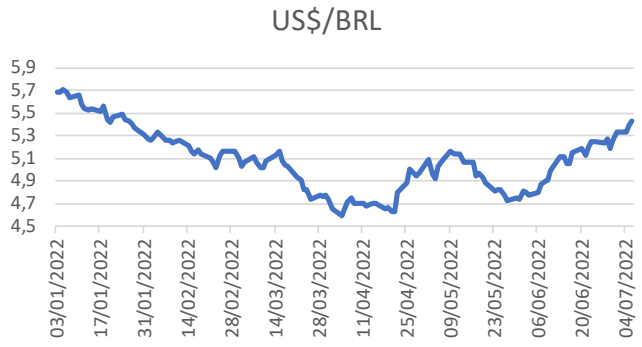
Foto: Freepik

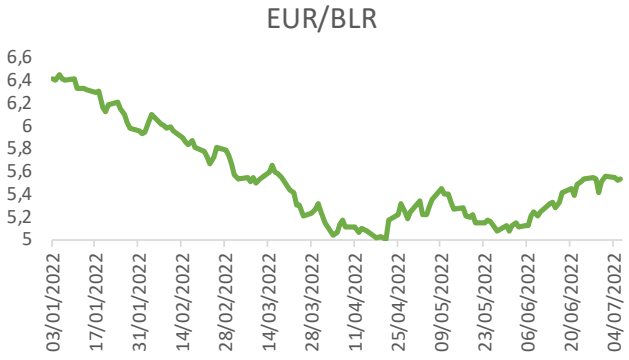
Newton Antônio Pinto Bordin

Assessor Jurídico no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogado especializado em contencioso administrativo, sócio de Barbosa e Gaertner Advogados Associados.

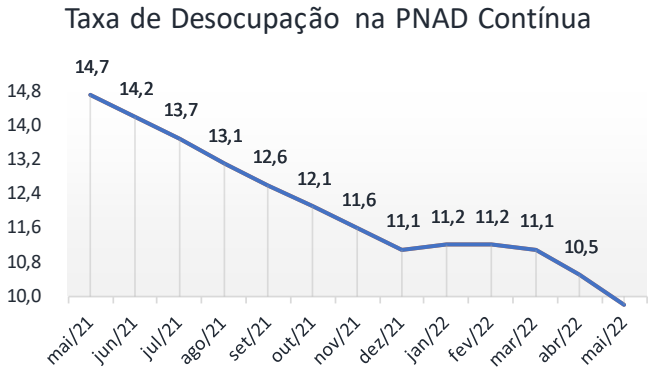
Câmbio

A melhora do Real frente ao Dólar e Euro, que marcou início do ano, não se sustentou com a aversão à risco que se instaurou por todos mercados emergentes, não obstante o aumento da taxa de juros no mercado interno pelo Banco Central e o fluxo de Dólares decorrentes de adiantamento à exportações pelos exportadores devido a continuidade da alta dos preços de commodities pelo conflito da Ucrânia





Evolução da força de trabalho (PNAD contínua)



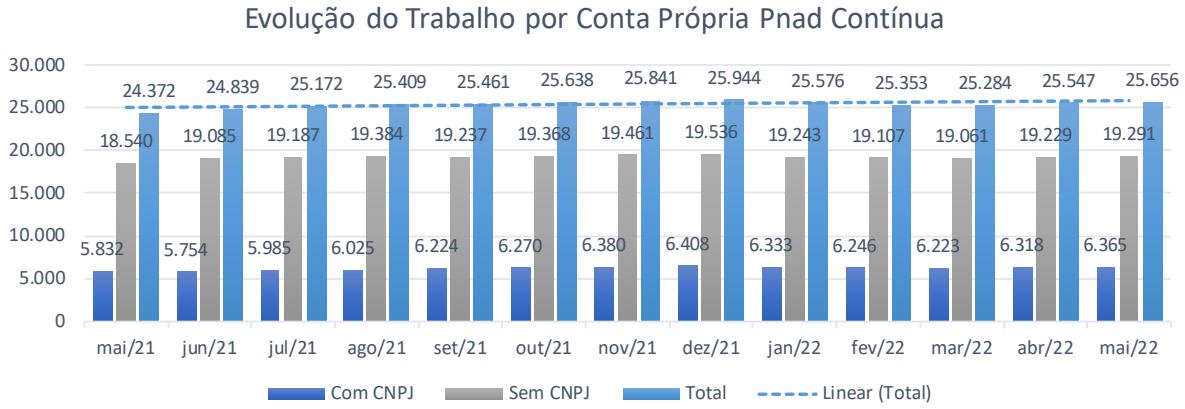
Após meses de uma evolução mais lenta, trazendo sentimento de estabilidade no início de 2022, os números de maio desenham um cenário de recuperação um pouco mais vigoroso

Desocupação na economia brasileira

Tipo	mai/21	Jun/21	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22
%	14,7	14,2	13,7	13,1	12,6	12,1	11,6	11,1	11,2	11,2	11,1	10,5	9,8
Nº Absoluto (Mil pessoas)	14.795	14.444	14.085	13.656	13.453	12.906	12.405	12.011	12.048	12.016	11.949	11.349	10.631

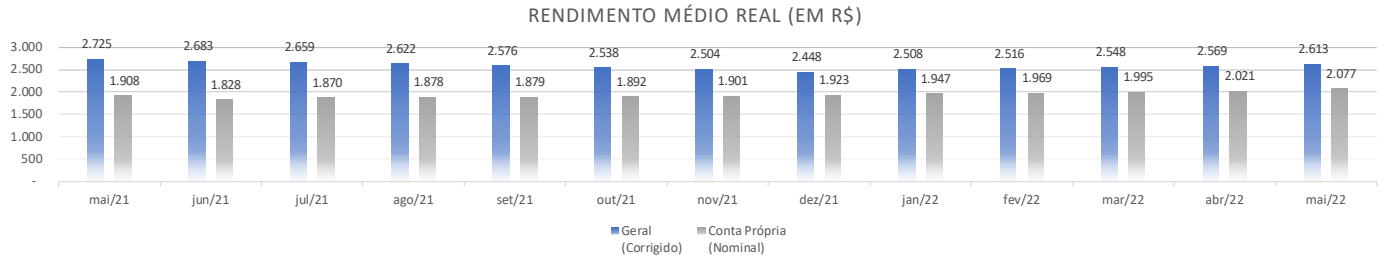
Fonte: IBGE

O destaque fica para a taxa de desocupação em um dígito, sendo o menor para o mês de maio desde 2015. O número absoluto de desocupados no mercado também nem apresentando queda mês a mês. Já a população ocupada é estimada em 97,5 milhões, o número mais elevado da série histórica, iniciada em 2012



Categoria de trabalho por conta própria (em mil pessoas)													
Tipo	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22
Com CNPJ	5.832	5.754	5.985	6.025	6.224	6.270	6.380	6.408	6.333	6.246	6.223	6.318	6.365
Sem CNPJ	18.540	19.085	19.187	19.384	19.237	19.368	19.461	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291
Total	24.372	24.839	25.172	25.409	25.461	25.638	25.841	25.944	25.576	25.353	25.284	25.547	25.656

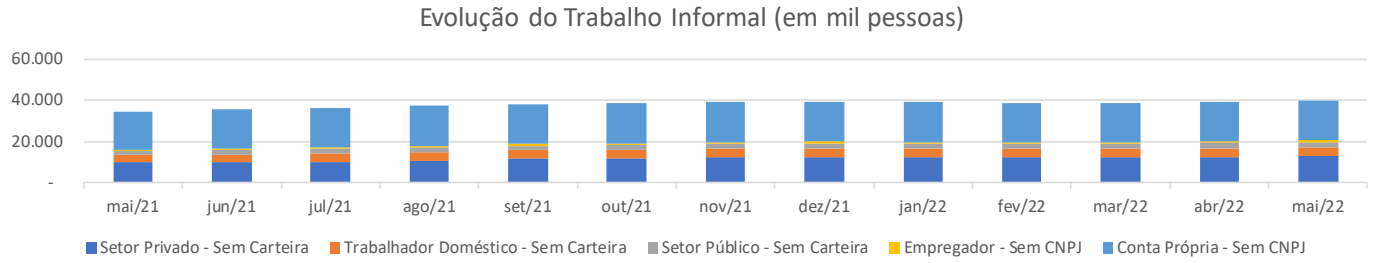
Fonte: IBGE



Rendimento médio real (em R$)													
Tipo	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22
Geral (Corrigido)	2.725	2.683	2.659	2.622	2.576	2.538	2.504	2.448	2.508	2.516	2.548	2.569	2.613
Conta Própria (Nominal)	1.908	1.828	1.87	1.878	1.879	1.892	1.901	1.923	1.947	1.969	1.995	2.021	2.077

Fonte: IBGE

O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, demonstrou estabilidade frente ao mês anterior, porém a redução frente ao mesmo período no ano passado é de 7,2%



O trabalho informal segue registrando aumentos em todas as categorias, sendo em sua maioria os trabalhadores por conta própria. No mês de maio, última divulgação da Pnad Contínua, foram quase 40 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 19,2 milhões

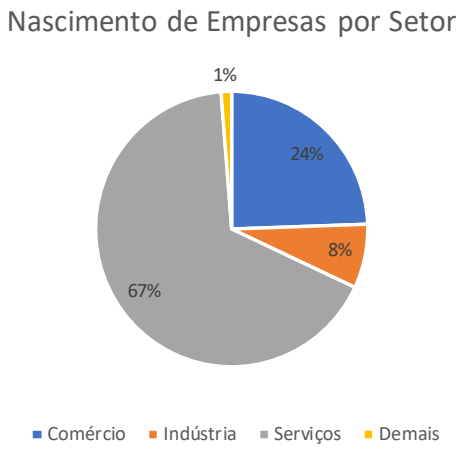
Evolução do trablaho informal (em mil pessoas)

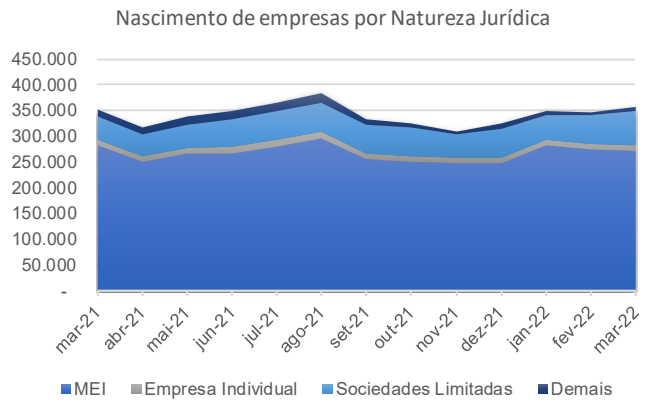
Categoria	mai/21	Jun/21	Jul/21	ago/21	set/21	out/21	Nov/21	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22
Setor Privado - Sem Carteira	9.804	10.023	10.339	10.791	11.691	11.956	12.179	12.443	12.383	12.281	12.216	12.474	12.804
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	3.683	3.796	4.017	4.15	4.052	4.168	4.247	4.296	4.217	4.233	4.205	4.36	4.373
Setor Público - Sem Carteira	2.062	2.097	2.149	2.199	2.256	2.333	2.437	2.488	2.421	2.397	2.351	2.497	2.6
Empregador - Sem CNPJ	657	691	720	726	738	754	755	750	758	775	785	797	891
Conta Própria - Sem CNPJ	18.54	19.085	19.187	19.384	19.237	19.368	19.461	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291
Total	34.746	35.692	36.412	37.25	37.974	38.579	39.079	39.513	39.022	38.793	38.618	39.357	39.959

Fonte: IBGE

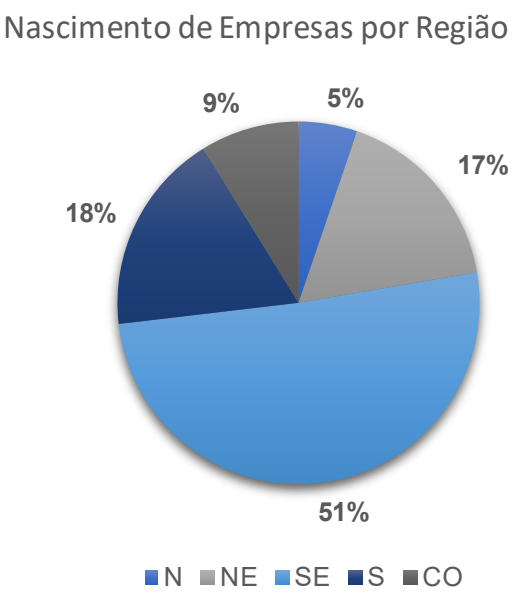
Índice de nascimento de empresas

No mês de março de 2022 foram mais de 357 mil CPNJ criados. O número corresponde a mais de 10 mil empresas a mais no mês do que o registrado no mês anterior. Seguindo a tendência verificada ao longo dos últimos 12 meses, o Sudeste segue com os números mais expressivos, bem como a quantidade de novas empresas no setor de serviços.





Em relação à natureza jurídica desses novos empreendimentos, 271 mil são MEI (76% do total para o mês). Confirmando dados apontados pelos indicadores de emprego, o trabalho por conta própria se mostra continuamente importante para a economia brasileira

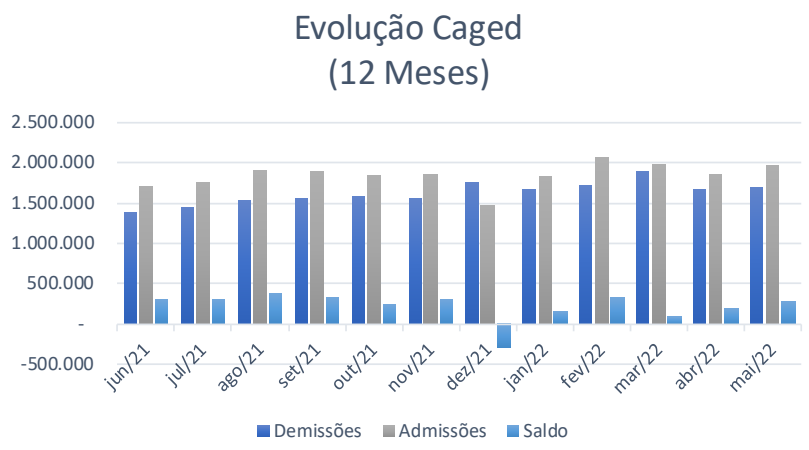


Nascimento de empresas														
Mês	Região					Setor				Natureza jurídica				Total
	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Sociedades Limitadas	Demais	
Mar-21	19.739	58.069	178.357	63.781	31.768	81.89	26.419	240.166	3.239	282.221	10.383	45.145	13.965	351.714
abr-21	17.198	52.395	160.249	58.947	27.91	77.123	23.847	212.21	3.519	249.648	11.217	42.161	13.673	316.699
mai-21	18.665	56.738	172.325	59.4	30.622	84.818	25.509	224.034	3.389	265.922	12.032	45.644	14.152	337.75
Jun-21	18.454	58.029	180.908	61.831	31.04	88.503	26.086	230.537	5.136	267.713	12.87	51.896	17.783	350.262
Jul-21	19.107	64.866	185.505	64.208	32.102	93.537	27.358	240.144	4.749	279.925	13.294	54.861	17.708	365.788
ago-21	19.593	67.999	194.175	68.226	33.103	96.781	28.947	252.349	5.019	295.5	13.1	56.529	17.967	383.096
set-21	17.458	58.929	168.193	59.987	28.944	83.247	25.126	220.877	4.261	255.81	12.098	54.756	10.847	333.511
out-21	15.921	55.949	168.39	58.13	27.342	81.053	24.305	215.648	4.726	249.921	11.447	55.402	8.962	325.732
Nov-21	17.618	56.632	148.394	61.343	26.556	86.228	27.725	191.471	5.119	248.513	11.389	43.157	7.484	310.543
dez-21	16.381	54.331	170.667	56.275	26.866	80.411	24.193	215.209	4.707	248.513	11.008	55.533	9.466	324.52
Jan-22	17.349	59.452	178.028	62.57	31.238	77.615	25.299	241.606	4.117	283.021	10.038	48.789	6.789	348.637
fev-22	17.276	56.761	179.956	61.978	30.509	76.756	25.506	240.809	3.409	274.145	10.82	55.283	6.232	346.48
Mar-22	18.831	59.218	177.874	66.8	34.571	80.017	24.563	248.434	4.28	271.575	12.086	65.22	8.413	357.294
Total	233.59	759.368	2.263.021	803.476	392.571	1.087.979	334.883	2.973.494	55.67	3.472.427	151.782	674.376	153.441	4.452.026
%	5%	17%	51%	18%	9%	24%	8%	67%	1%	78%	3%	15%	3%	100%

Fonte: Serasa Experian

Geração de emprego formal (Caged)

A economia brasileira gerou nos últimos 12 meses quase 2,65 milhões de novas vagas no mercado formal. Para quase todos os últimos 12 meses, os dados do Caged indicam admissões acima das demissões, com excessão do mês de dezembro/21, quando essa relação se inverte, indicando uma perda de 287 mil postos formais emprego

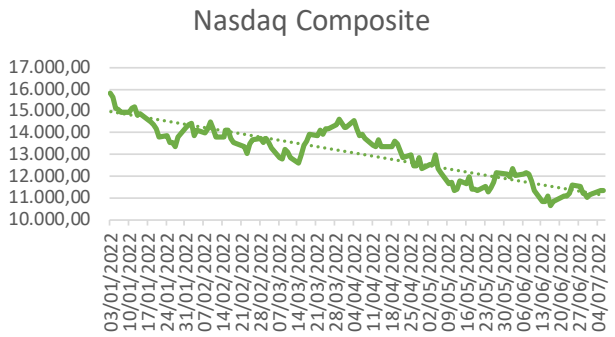


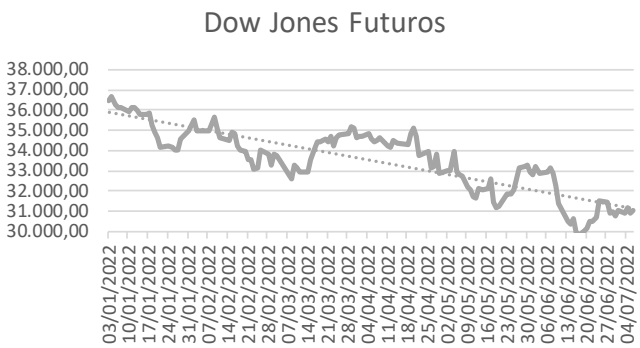
Fonte: MET

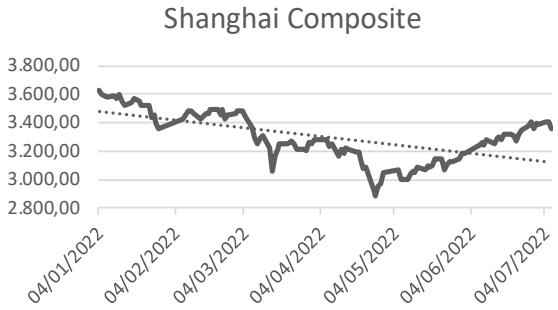
Evolução Caged 2021/2022			
Período	Demissões	Admissões	Saldo
Jun/21	1.380.234	1.696.863	316.629
Jul/21	1.458.527	1.763.874	305.347
ago/21	1.528.482	1.913.344	384.862
set/21	1.558.079	1.884.263	326.184
out/21	1.586.441	1.835.387	248.946
Nov/21	1.544.186	1.854.111	309.925
dez/21	1.761.977	1.474.421	-287.556
Jan/22	1.675.425	1.828.519	153.094
fev/22	1.726.840	2.061.838	334.998
Mar/22	1.890.591	1.979.541	88.95
abr/22	1.664.808	1.862.251	197.443
mai/22	1.683.942	1.960.960	277.018
Total	19.459.532	22.115.372	2.655.840

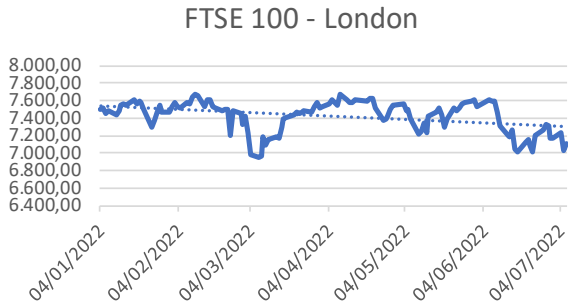
Os dados de maio seguem a tendência de melhora iniciada em janeiro/22, retomando números mais significativos dos que os verificados nos dois meses anteriores. Destaca-se também que o governo vem corrigindo constantemente os números do Caged, tendo em vista o delay existente no processo de informação sobre as admissões e contratações pelas entidades do mercado

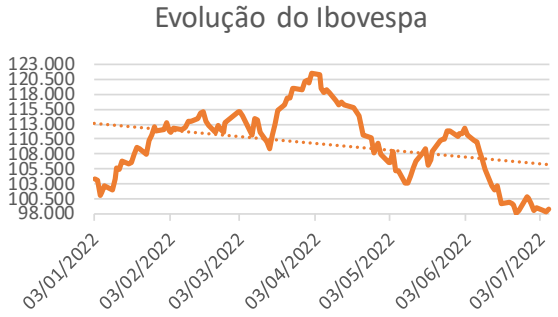
Desempenho do mercado de capitais

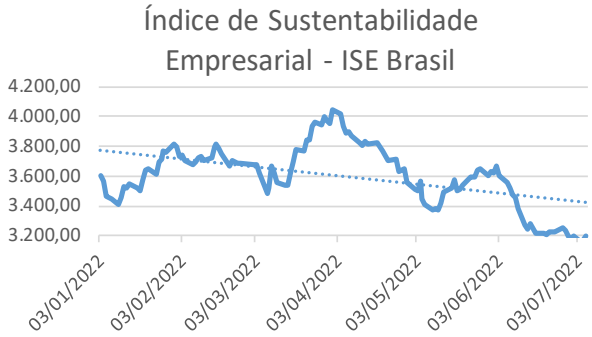












A bolsa Brasileira devolve os ganhos em 2022, devido à guerra na Ucrânia seus desdobramentos e a alta dos juros que os bancos ao redor do mundo incluindo o Brasil estão promovendo continuam a derrubar os principais índices de ações nos mercados internacionais

Macroeconômicas

08/Jul – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

08/Jul – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

08/Jul – Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional (PIM-PF)

12/Jul – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

13/Jul – Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

18/Jul – Monitor do PIB – maio/2022

18/Jul – Índice geral de preços 10 (IGP-10)

22/Jul – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características gerais dos moradores 2020–2021 (Pnad Contínua)

25/Jul – Sondagem do Consumidor

25/Jul – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

26//Jul – Índice nacional de custos da construção mensal (INCC-M)

26//Jul – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15)

26/Jul – Sondagem da Construção

27/Jul – Sondagem da Indústria

28/Jul – Sondagem de Serviços

28/Jul – Índice geral de preços mensal (IGP-M)

28/Jul – Sondagem do Comércio

29/Jul – Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br)

29/Jul – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad Contínua)

02/Ago – Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil (PIM-PF)

02 e 03/Ago – Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)

09/Ago – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

09/Ago – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

09/Ago – Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (Ivar)

09/Ago – Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional (PIM–PF)

11/Ago – Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

12/Ago – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (Pnad Contínua)

Balanços

04/ago – SMART FIT (SMFT3)

11/ago – ARREZO CO (ARZZ3)

11/ago – B3 (B3SA3)

11/ago – BRADESPAR (BRAP3)

11/ago – BR BROKERS (BBRK3)

11/ago – BR MALLS PAR (BRML3)

11/ago – COGNA ON (COGN3)

11/ago – CPFL ENERGIA (CPFE3)

11/ago – CYRELA REALT (CYRE3)

11/ago – ENERGISA (ENGI3)

11/ago – ENJOEI (ENJU3)

11/ago – GRUPO SOMA (SOMA3)

11/ago – HIDROVIAS (HBSA3)

11/ago – IHPARDINI (PARD3)

11/ago – LE LIS BLANC (LLIS3)

11/ago – LOJAS RENNER (LREN3)

11/ago – MAGAZ LUIZA (MGLU3)

11/ago – MarFRIG (MRFG3)

11/ago – MULTILASER (MLAS3)

11/ago – OI (OIBR3)

11/ago – PETZ (PETZ3)

11/ago – PORTOBELLO (PTBL3)

11/ago – REDE DOR (RDOR3)

11/ago – TECNISA (TCSA3)

11/ago – TIME FOR FUN (SHOW3)

11/ago – TRACK FIELD (TFC04)

11/ago – VIVARA S.A. (VIVA3)

12/ago – BAHEMA (BAHI3)

12/ago – CEDRO (CEDO3)

12/ago – CEMIG (CMIG3)

12/ago – COPASA (CSMG3)

12/ago – INTER SA (BIDI3)

12/ago – LUPATECH (LUPA3)

12/ago – OSX BRASIL (OSXB3)

12/ago – PDG REALT (PDGR3)

12/ago – RENOVA (RNEW3)

12/ago – SER EDUCA (SEER3)

14/ago – SARAIVA LIVR (SLED3)

15/ago – ANIMA (ANIM3)

15/ago – CRUZEIRO EDU (CSED3)

15/ago – EVEN (EVEN3)

15/ago – GAFISA (GFSA3)

15/ago – GETNINJAS (NINJ3)

15/ago – ONCOCLINICAS (ONCO3)

15/ago – YDUQS PART (YDUQ3)

Ficha Técnica

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

EDITORA CHEFE
Alana Martins

JORNALISTA
Fernanda Araujo S. Zambianco

CORRESPONDENTE EUA
Cruz Daniel Lopez

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

ESTAGIÁRIA DE DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.